

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

GILSON WALTER DA SILVA

**A INADIMPLÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
TRANSAMAZÔNICA:
O caso da agência do Banco do Brasil em Altamira**

Altamira, PA

2009

GILSON WALTER DA SILVA

**A INADIMPLÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
TRANSAMAZÔNICA:
O caso da agência do Banco do Brasil em Altamira**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para conclusão do curso de MBA Especialização em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Professor Paulo C. D. Motta

Altamira, PA

2009

Gilson Walter da Silva

**A INADIMPLÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
TRANSAMAZÔNICA:
O caso da agência do Banco do Brasil em Altamira**

Conceito final:

Aprovado em 25 de abril de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Gastaud Maçada
Instituição UFRGS

Profa. Dra. Elaine Di Diego Antunes
Instituição UFRGS

Orientador Prof. Dr. Paulo C. D. Motta
Instituição: UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À Deus,
Pela força onipresente.

À Marisa, minha amada esposa,
Pela paciência e compreensão.

Ao Prof. Paulo Motta
Pela orientação e incentivo.

Aos meus colegas do Banco do Brasil de Altamira
Pela compreensão e apoio.

Aos agricultores e técnicos agrícolas da Transamazônica,
Pelas informações e coragem com que enfrentam o dia a dia na região

Meu muito obrigado.

À meus pais Verônica (in memoriam) e Agostinho (in memoriam)

Sempre presentes nos momentos marcantes de minha vida

À Luísa e Julia minhas filhas.

RESUMO

O crédito é uma das ferramentas das políticas de desenvolvimento. Aplicar o crédito de maneira correta para o fim a que foi destinado o projeto é imprescindível não só para o sucesso do projeto, como também para toda uma cadeia de atores que o envolvem, principalmente quando se trata de recursos públicos reembolsáveis, onde o pagamento de um crédito cedido é imprescindível para a aplicação em outros projetos. Nesse sentido, a agência do Banco do Brasil de Altamira é hoje uma das agências com o maior índice de inadimplência na área agrícola do país. Somente nas linhas da agricultura familiar, no final de 2008 o índice chegou a 49%, ou seja, 25 vezes o limite tolerado nas linhas de crédito para que a agência continue emprestando normalmente, além do seu elevado impacto no resultado da dependência. Identificar o perfil desses clientes e os motivos que os levaram a não quitar suas obrigações contraídas junto ao Banco é o principal objetivo deste trabalho, que julgamos imprescindível para estabelecer um modo de resgate dos recursos alocados nesta área. O trabalho é apresentado de maneira descritiva, trazendo o resultado de pesquisa bibliográfica, relatórios consolidados da empresa e questionários dirigidos aos diversos atores responsáveis pela utilização e liberação do crédito na região. Não foi identificado apenas um motivo, mas um conjunto de ações que geraram tais índices de inadimplência, entre eles a falta de uma análise mais criteriosa do projeto e do cliente, a liberação de recursos de forma massificada em uma região sem cultura de crédito na agricultura familiar, aliado a falta de acompanhamento técnico e fiscalização dos projetos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. As Políticas Públicas de Desenvolvimento no Brasil.....	9
1.1. As Políticas para a Amazônia.....	10
1.1.1A Transamazônica	11
1.2. As Políticas Agrícolas	14
1.3. As Políticas Creditícias para a Agricultura	15
2. A Atuação do Banco do Brasil na Região da Transamazônica	18
2.1. A Agência de Altamira.....	18
2.2. A Inadimplência	19
2.2.1 Inadimplência na Agricultura Familiar.....	21
3. Procedimentos Metodológicos	24
3.1. A pesquisa Quantitativa.....	24
3.2. Os Procedimentos de Coleta e de Análise dos Dados e Informações	24
4. Análise dos Resultados.....	27
Conclusões e Recomendações	31
Referências Bibliográficas.....	34
Anexo A.....	37
Anexo B.....	38

INTRODUÇÃO

“A qualidade da carteira de crédito pode determinar o sucesso ou insucesso de um Banco” (BB, 2004b).

O objetivo primeiro de qualquer empresa de capital aberto é gerar valor para o acionista. As instituições financeiras não são diferentes e em época de redução dos *spreads* bancários a diferença entre lucro e prejuízo é uma linha muito tênue.

Neste contexto um dos principais produtos do mercado financeiro ainda é o crédito. A principal função do crédito consiste em possibilitar que os recursos excedentes de poupadores possam chegar às pessoas ou empresas que desejam aplicar em projetos ou empreendimentos, seja de investimento ou simplesmente obter recursos para o capital de giro. As instituições financeiras por sua vez devem manter estrito controle sobre a sua carteira de crédito, pois a qualidade dessa carteira pode determinar o sucesso ou insucesso dessa instituição.

O Banco Central do Brasil, através da sua Nota Técnica 26 (BACEN, 2002) esclarece que:

A viabilidade a longo prazo de uma instituição financeira depende, em grande parte, da sua capacidade de gerar resultados suficientes para proteger e fortalecer seu capital, bem como remunerar seus acionistas. Perdas enfraquecem o capital e a liquidez da instituição, e podem abalar a confiança dos depositantes. A acumulação de perdas traz o risco de descontinuidade da instituição, com todas as suas potencialmente desastrosas conseqüências para os depositantes da instituição e mesmo para o sistema financeiro como um todo.

O Banco do Brasil, empresa de economia mista sob controle acionário do Governo Federal, por sua vez, além de gerar valor para os acionistas, por ser um agente de desenvolvimento do Governo, se preocupa em disponibilizar crédito para o desenvolvimento.

Nesse ínterim, uma das principais carteiras do Banco do Brasil é a carteira agrícola, que corresponde a 29,93%¹ (BB, 2009) do total de créditos do Banco, o que registra a importância e a preocupação com a carteira. Esses créditos estão divididos de acordo com a finalidade em custeio de produção, investimento em projetos de infra-estrutura e comercialização e, agrupados em agricultura empresarial e agricultura familiar.

A distribuição desses créditos não é uniforme no país sendo que as regiões Norte e Nordeste são as menos beneficiadas, sendo lá onde se apresentam os maiores índices de inadimplência da carteira proporcionalmente ao valor aplicado. Em 2005, de acordo com o IBGE (GRYZAGORIDIS; FERREIRA, 2008), foram apenas 4,11% e 9,32% respectivamente

¹ Balanço do 3º trimestre de 2008 www.bb.com.br

os percentuais do volume de crédito aplicado na região em relação ao aplicado no país em todo o Sistema Financeiro Nacional.

A preocupação com a qualidade dessa carteira, sujeita a peculiaridades como as frustrações de safra por diversos motivos, entre eles climáticos, é constante e o Banco vem desenvolvendo mecanismos para reduzir o risco do crédito e manter os índices em patamares aceitáveis para continuar aplicando.

Na região da Rodovia Transamazônica, na agência de Altamira, o índice em dezembro de 2008 chegou a 49% na linha da agricultura familiar. Isto é preocupante, uma vez que o índice normal admitido pelo Banco e indicado pela Secretaria de Agricultura Familiar é inferior a 2,5% (SAF, 2009).

Se o nível de inadimplência permanecer em níveis tão altos, o negócio do Banco e da linha de crédito na região possam se tornar totalmente inviáveis, uma vez que os recursos reembolsados são reaplicados no financiamento de novos projetos. Portanto, essa situação compromete diretamente a liberação de crédito e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região, cuja base da economia é predominantemente agrícola.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é analisar a inadimplência na agricultura familiar, mais especificamente identificar os principais motivos que levaram os agricultores que tomaram crédito nas linhas da agricultura familiar, a não honrar seus compromissos com o Banco do Brasil na região da Rodovia Transamazônica no Pará, na agência de Altamira. A partir da identificação desses motivos será possível traçar novas estratégias para a aplicação do crédito com segurança para que seja um impulsionador da economia e do desenvolvimento da região.

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, utilizando como método de pesquisa o *survey*, através da coleta de dados em campo, com a aplicação de dois questionários, sendo um diretamente aos agricultores (Anexo A), em um público alvo de 120 clientes e outro questionário aplicado aos parceiros do Banco, sindicatos, associações e empresas de assistência técnica (Anexo B) com um público alvo de 30 técnicos. Os questionários foram aplicados durante o período de 15 de fevereiro a 05 de março de 2009 em reuniões com os agricultores, presidentes de associações/sindicatos e técnicos das empresas de Assistência Técnica conveniadas com o Banco.

O trabalho está estruturado com base em uma contextualização das políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, na Amazônia, as políticas agrícolas e creditícias para a agricultura no Brasil, a atuação do Banco do Brasil na região e a inadimplência agrícola. A seguir são efetuadas a descrição dos procedimentos metodológicos, a análise dos resultados

do levantamento de dados através questionários aplicados nos municípios de abrangência da agência de Altamira, Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú e Pacajá, pesquisa de dados na agência e inadimplência em outras instituições de crédito agrícola.

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Desde os primórdios da humanidade o homem vem buscando formas de melhorar sua condição de vida, seja se agrupando ou desenvolvendo tecnologias. Nunca se ouviu falar tanto em desenvolvimento quanto a partir da Revolução Industrial no século XIX. Os países, por sua vez, buscam, através de políticas próprias ou em conjunto como blocos comerciais, condições para atingir o nível de desenvolvimento esperado.

Depois das grandes expedições do século XV, com a “descoberta da América” os países mais evoluídos, para continuar se desenvolvendo, deram início à primeira política pública de desenvolvimento do continente: a colonização. De acordo com TAVARES (1979), colonização é “o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado”.

Desde então passamos por vários ciclos comerciais na nossa história. Até o final do século XIX, éramos puramente agrícolas e extrativistas, com as políticas de extração de madeira, ouro, cana de açúcar e café e outros minerais. (IBGE, 2000).

De acordo com TAVARES (1979), as regiões do país a serem desenvolvidas foram se alterando ao longo da história, desde a implantação das capitânicas hereditárias em 1534, estando às regiões do litoral do Nordeste e Sudeste a frente do desenvolvimento brasileiro. A região Sul, por sua vez, teve grande crescimento com a vinda dos imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX, trazendo também a industrialização para o Brasil.

No século XX, vivemos uma fase de grande euforia desenvolvimentista, trazida pelos reflexos da revolução industrial e pelas duas grandes guerras. De acordo com OLIVEIRA, (1988) a política desenvolvimentista a partir da década de 30 em diante, foi financiada pelo capital internacional, principalmente da Inglaterra e dos EUA, com interesse nas riquezas minerais Brasileiras, que já eram conhecidas da Inglaterra desde o século XIX, pois já tinha o controle de jazidas de ferro e de ouro em Minas Gerais. Com a realização do Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, em 1910, começaram a chegar aos ouvidos do mundo a existência dessas riquezas. Na década de 20, foram firmados acordos internacionais para a exploração do minério de ferro, a construção de siderúrgicas, de estradas de ferro, de portos, etc.

O interesse americano no nosso minério ficou ainda mais claro com a declaração do autor norte-americano John Gunther, (apud OLIVEIRA, 1988, p. 8) em que justifica o interesse americano no minério Brasileiro: “Nós não controlamos (1947) a produção

brasileira, embora uma firma americana de minério seja grande proprietária no Brasil (Bethlehem Steel), mas não poderíamos permitir que qualquer outra nação a controlasse”.

Esse contexto é mais um impulso para que os olhos do Brasil começassem a se voltar para a Amazônia após estudos preliminares darem conta de enormes jazidas minerais em toda a região e um potencial vegetal imenso, numa floresta praticamente intocada.

1.1 AS POLÍTICAS PARA A AMAZÔNIA

Não há como falar das políticas para a Amazônia sem resgatar o seu histórico de colonização e desenvolvimento, cheio de tramas, interesses escusos e políticas descontinuadas. A primeira expedição oficial de que se tem notícia, de acordo com IBGE (2000), foi em 1637, realizada por Pedro Teixeira afirmando a presença lusitana na região amazônica e identificando as potencialidades da região. Outros relatos de historiadores nos dão conta de que os primeiros colonizadores chegaram ainda no século XVI, por volta de 1540 em busca de madeira e especiarias. Mais tarde com o Tratado de Madri em 1750, foi garantido o controle português na maior parte da Bacia Amazônica. Diz a lenda, segundo Barile Filho (2004), que ao chegarem à região os colonizadores encontraram mulheres altas e guerreiras, daí o nome Amazonas.

De 1650 a 1850 teve início o primeiro ciclo migratório nordestino, com as famílias se fixando na beira dos rios e igarapés, com a extração de especiarias diversas como a castanha do Pará.

A partir de 1870, com o início do chamado “*ciclo da borracha*” e o desenvolvimento do automobilismo, a Amazônia exportava borracha de látex, extraída das seringueiras nativas e abundantes da região, intensificando a migração nordestina. O “*ciclo da borracha*” atingiu seu ápice em 1910, com uma produção de aproximadamente 40 mil toneladas, gerando para a região em exportações em torno de dois bilhões de dólares (BARILE FILHO, 2004). A partir de então tem início a crise da borracha com praticamente 30 anos de estagnação.

A região toma novo impulso com a fase desenvolvimentista durante a II Guerra Mundial, no governo Vargas. Foi criada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce CRVD com o objetivo de iniciar a exploração das jazidas de minério de ferro sobretudo na Amazônia. É também dessa época, a criação do Banco de Crédito da Amazônia², também conhecido na época como o Banco da Borracha, a fim de promover o fornecimento de crédito para a produção de látex in natura com o fornecimento de borracha para os países aliados. De

² História do Banco do Amazônia. www.basa.com.br

acordo com OLIVEIRA (1988), o prosseguimento da produção de látex e a criação das duas instituições, ocorreram após a assinatura do acordo de Washington em 1942, firmado pelo governo Brasileiro com participação de 50% do governo Americano em plena Segunda Guerra Mundial.

Na década de 50, no governo JK inicia-se o primeiro passo do grande projeto de colonização da Amazônia: a construção da rodovia Belém-Brasília, ligando o Distrito Federal a Costa Norte do País em Belém do Pará. Em 1953 foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) que, mais tarde, em 1966 foi sucedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Na década de 60, durante o governo militar, instigado pelo governo americano e sob a ameaça da ideologia comunista amplificada no pós-guerra, avançando nas Américas Central e do Sul, iniciou-se uma grande operação, chamada de operação Amazônia, com o objetivo de colonizar a região sob o lema de “Integrar para não entregar”.

Uma região inteira redescoberta pelo próprio país, essa foi a opinião das lideranças empresarias e de investidores do centro-sul do país quando chegaram da viagem patrocinada pelo governo para adesão ao projeto governamental para a implantação da operação Amazônia em 1966 com o objetivo de colonizar e desenvolver a região (OLIVEIRA, 1988). Em 1967 foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o objetivo de promover investimentos e identificar alternativas econômicas para região. É desta época a criação da Zona Franca de Manaus, que sofreu várias críticas pela renúncia fiscal em torno de cinco bilhões de dólares, segundo (BARILE FILHO, 2004).

O projeto de colonização da Amazônia se desenvolveu ainda com a implantação de três grandes troncos viários federais: a conclusão da rodovia Belém-Brasília iniciada em 1959, a BR 163 ligando Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará e o grande projeto da BR 230, rodovia Transamazônica, que ligaria o Nordeste ao Norte do país, de Pernambuco/Sergipe ao Acre na fronteira com o Peru, passando pelos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Para, Amazonas e Rondônia, e ligaria ainda o Brasil aos portos do Pacífico num percurso total de aproximadamente 8.100km (TAMER, 1971). Estava instituído o Plano de Integração Nacional PIN, através do decreto-lei 1.106/70.

1.1.1. A Transamazônica

A idéia da construção da Rodovia Transamazônica brasileira, cujo projeto inicial era de aproximadamente 6.000km, com a intenção de colonizar a Amazônia era de levar

“*HOMENS SEM TERRA PARA TERRA SEM HOMENS*” lema da construção. Passados 40 anos, foram abertos pouco mais de 2.500 num trecho entre o Aguiarnópolis no Tocantins a Lábrea no Amazonas, sendo que alguns trechos ficam intrafegáveis durante o período de chuvas, apesar de em 2002 o Governo Federal ter liberado R\$227 milhões para a conclusão do asfaltamento de um trecho de 930km entre o Pará e o Amazonas (BARILE FILHO, 2004).

A intenção era distribuir a população de áreas com densidade demográfica maior, como o Nordeste onde, com as questões da seca, havia um enorme êxodo rural, para uma região com densidade demográfica abaixo de 0,5 hb/km² no Norte. Conforme relatado por Tavares (1979, p. 67), havia “De acordo com cálculos elaborados por técnicos da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), excedentes de mais de 300.000 famílias de agricultores sem emprego/subempregadas no Nordeste no final da década de 60. Então, a forma mais adequada de se resolver o problema dos excedentes de agricultores do Nordeste encontra-se na expansão da colonização dirigida da Amazônia”.

Esse objetivo também fica claro no documento chamado “Metas e Bases para a Ação de Governo” na parte que acentua que:

o objetivo do desenvolvimento brasileiro devia atender ao deslocamento da fronteira agrícola para as margens rio Amazonas, integrando as estratégias de ocupação econômica da Amazônia e de desenvolvimento do Nordeste, criando, desse modo, condições para incorporar a economia de mercado amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas a estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável. (TAVARES, 1979, p. 55).

Apesar desse pressuposto, a corrente migratória para a região não se deu apenas do Nordeste. Vários colonos vieram de todas as partes do país, incluindo dos estados do Sul e Sudeste, em busca de terras fartas e produtivas.

O primeiro projeto de colonização foi o Projeto Integrado de Colonização Altamira, que se estendia de Altamira em direção a Itaituba, com o objetivo de assentar 3.000 famílias (INCRA, 1972). Os colonos que chegaram à região recebiam um lote de terra num total de 100 hectares de mata, onde poderiam ser desmatados 50% da área. Segundo Oliveira (1988) “os lotes tinham a Transamazônica como espinha dorsal um conjunto de estradas vicinais abertas a cada 5 km com uma extensão de 10 a 12 km”. Para dar suporte a esses agricultores, haviam pequenos centros urbanos chamados de agrovilas em número de 60, que eram estavam localizadas nas estradas vicinais e continham escola e posto de saúde e, seis agrópolis localizadas na Rodovia Transamazônica um pouco mais estruturadas. O Projeto Rondon, dava suporte ao projeto quanto às questões de saúde e educação.

Quando chegaram os primeiros imigrantes aos seus lotes, iniciaram também as primeiras dificuldades. Segundo Tamer (1971), as estradas não estavam totalmente abertas ainda, e os colonos tinham que se deslocar por quilômetros de trilhas abertas no meio da mata para entregar os seus produtos. Além disso, o desconhecimento do solo da região, aliado à falta de experiência com a agricultura de porte, às doenças da região e às dificuldades de se viver no meio da floresta que, não estavam acostumados, fez com que muitos dos primeiros imigrantes, emigrassem novamente a sua terra, ou para outras em busca de melhores condições de vida. Muitos dos que aqui chegaram no início, não tinham sequer conhecimento da agricultura, eram sapateiros, marceneiros, frutos já do êxodo rural em suas regiões de origem.

A qualidade do solo varia muito ao longo da região passando por “terra rocha” altamente produtiva, às chamadas “*terras de areia*” que após as primeiras excelentes colheitas após a derrubada e queimada, ficavam impróprias para agricultura, cedendo lugar para as pastagens.

Outro ponto importante levantado por Tamer (1971) e por Tavares (1979) foi o desconhecimento da agricultura. Fora alguns projetos isolados como a plantação de cana de açúcar para a Usina Abraão Lincoln no município de Medicilândia, boa parte dos agricultores não conseguiam boa produção por falta de condições técnicas para o plantio, gerando desilusões, desespero e emigração para aqueles que podiam. No entanto a Usina Abraão Lincoln encerrou suas atividades em 2004, deixando os agricultores com enormes dívidas nos bancos.

A cultura do trabalho em grupo que poderiam ser um passo para a vitória, como aconteceu com os imigrantes japoneses de Tomé-Açu, praticamente na mesma época, não se revelou na região.

No final da década de 70 e início da década de 80, já com a região mais estruturada e com as estradas praticamente todas abertas, houve o ápice na produção agrícola na região, fruto principalmente das grandes colheitas de grãos, plantados em áreas recém-derrubadas. Não havia armazéns suficientes para depositar o produto, que era transportado via terrestre por uma estrada trafegável apenas seis meses por ano. Os financiamentos principalmente para a produção e produto colhido eram realizados pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Amazônia.

Passado o primeiro momento, a região retomou seu ritmo. Os imigrantes, muitas vezes sem apoio do governo que os trouxe, começaram a andar por seus próprios meios. A região mudou seu foco para a pecuária extensiva, inclusive com financiamento público para o

desmatamento, apesar das pressões ambientais a partir da década de 80 que não inibiram o avanço da pecuária e derrubada da mata. Após 2005, com a morte de uma missionária americana, que por pressão externa, o governo novamente voltou os olhos para a região, agora para punir.

A sensação na região é de um filho que foi abandonado no meio da selva à própria sorte para não deixar que outros (países estrangeiros) entrem. Foi construindo seu próprio caminho, e agora é julgado por aquilo que foi incentivado a fazer no passado. Houve-se falar muito na região em relação aos estados do Sul, “no Brasil as coisas funcionam”. A presença do Estado na região é ineficiente e em muitos momentos ausente. O associativismo na região, que seria uma forma de organização social para encontrar soluções para os problemas comuns, muitas vezes, serviu exclusivamente para os interesses de seu presidente e, é muito pouco incentivado, aparecendo somente no discurso de muitas entidades, com raras exceções.

1.2 AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Desde a época do Brasil colônia até os dias atuais, o agronegócio sempre desempenhou um papel importante na economia Brasileira. Efetuando um resgate histórico, até a metade do século XIX a economia era baseada na sua totalidade na agricultura, seja extrativista, seja empresarial. Atualmente o agronegócios, continua com uma participação de peso. De acordo com dados da Confederação Nacional da Agricultura (Couto, 2008), o agronegócio respondeu, em 2008, com cerca de 24% do Produto Interno Bruto brasileiro, emprega 37% da força de trabalho e gera 36% das exportações.. Esses dados não levam em conta a agricultura de subsistência, em que o produto colhido é utilizado diretamente para o consumo do produtor ou trocado por outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência. Esse tipo de agricultura ainda é bastante comum principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Embora tenhamos controle estatístico sobre o produto colhido, o Brasil não adota um modelo de controle sobre a produção, como em muitos países europeus, onde o que produzir é determinado pelo governo. A produção está direcionada a regras de mercado, embora alguns produtos tenham incentivos em algumas linhas de crédito. Dessa forma, vemos excesso de produção em alguns setores e faltas em outras, alterando o preço do produto de acordo com a produção.

As políticas agrícolas passam também pela questão fundiária. Até a década de 70, o Brasil adotou um modelo de distribuição de terras para colonização. Atualmente, o Brasil adota um modelo de desapropriação de terras para a Reforma Agrária, indenizando os

proprietários das chamadas “terras devolutas”. Porém, sabe-se que por vários interesses comerciais e de movimentos sociais, são desapropriadas terras produtivas, a preços inferiores ou superiores aos de mercado.

De acordo com dados do INCRA, no estado do Pará, um dos estados com o maior índice de conflitos agrários, estima-se que 81% das propriedades não tem cadastro definitivo de terra no Instituto, sendo que a maior parte está localizada em áreas de projetos de assentamento e colonização. De acordo com Cardim, Vieira e Vegas (2005), a região Norte, apesar de representar 45,2% da superfície do Brasil, possui apenas 15.4% da sua superfície cadastrada no Sistema Nacional de Imóveis Rurais. A indefinição quanto às competências de registros, entre o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e o INCRA, favorecem a perpetuação desta situação e ao conseqüente aumento desses conflitos.

Em 21.12.2007, por meio do Decreto nº 6321/2007 (Brasil, 2007), o Governo Federal publicou novas normativas para a produção agrícola e pecuária na Amazônia Legal, incluindo definitivamente as questões ambientais no agronegócio Brasileiro. Toda e qualquer produção ou produto, proveniente da região abrangida pelo decreto, para poder ser alvo de financiamento com recursos públicos tem obrigatoriamente que efetuar o recadastramento de imóveis rurais e efetuar o Cadastro Ambiental Rural. Para isso, os imóveis rurais têm que estar em dia com suas obrigações fundiárias e imóveis rurais com os títulos definitivos de propriedade emitidos pelo INCRA, além de estarem com seus limites georeferenciados. Tendo em vista a situação da legalização dos imóveis na região, o decreto praticamente inviabiliza o financiamento a produção na região, tendo em vista a irregularidade fundiária em todas as regiões do estado do Pará. Foram abertas algumas exceções, depois de muitos protestos, para a agricultura familiar, com prazos maiores para regularização das terras e adequação a legislação ambiental que prevê preservação em 80% do imóvel rural.

Vejamos agora numa das principais políticas públicas da agricultura, o fomento à produção com liberação de crédito utilizando recursos públicos.

1.2.1. As Políticas Creditícias para a Agricultura

Atualmente, do ponto de vista creditício na área agrícola, o Brasil adota dois modelos de financiamento: um subsidiado pelo governo a taxas inferiores às taxas de mercado e outro com taxas livres a custo de mercado, utilizadas principalmente para a comercialização. Além dos financiamentos bancários, há ainda os financiamentos considerados comerciais, cujo agente de financiamento podem ser cooperativas agrícolas, fornecedores de insumo ou

compradores da produção. Neste trabalho o foco está centrado nos financiamentos com recursos públicos liberados pelos agentes financeiros.

Os financiamentos à produção agrícola estão divididos em três áreas: o financiamento à produção, à comercialização e ao investimento. Os financiamentos à produção são considerados como custeio de produção, onde os recursos serão utilizados na preparação do solo, insumos, defensivos, plantio e colheita. Já nos de investimento, os recursos são utilizados para infra-estrutura de produção ou plantio de produtos em lavoura definitiva como os da silvicultura.

Até 1994 havia poucos programas direcionados especificamente para determinados grupos de agricultores. A maioria dos financiamentos poderia ser efetuada para qualquer agricultor porém, os valores seriam de acordo com sua capacidade de geração de receita, sendo o Banco do Brasil o maior agente financeiro da agricultura brasileira. Com o fim da conta-movimento desvinculando definitivamente os recursos do Banco do Brasil aos do Tesouro Nacional e a crise cambial da década de 90, a redução e o encarecimento do crédito destinado a agricultura, o governo iniciou um processo de alteração nas políticas de crédito agrícola e, com a intenção de reduzir o êxodo rural iminente, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF foi lançado em 1995 e criado oficialmente através do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), atendendo reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, passando a integrar o Orçamento Geral da União, atingindo status de programa governamental, sendo vinculado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Desde sua criação, o programa passou por várias modificações, visando atender às reivindicações de seu público-alvo. Tendo em vista as modificações ocorridas para a safra 2008/2009 que altera significativamente a linha em termos de estrutura e, que o foco do trabalho está em cima das operações liberadas até 2007, as considerações serão efetuadas com base nas linhas do programa até a safra 2007/2008.

O Programa tem como finalidade principal “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996), com vista a manter o agricultor no campo evitando o êxodo rural, a garantia de produtividade e melhoria de vida no campo.

Sob o aspecto de fomento agrícola, são utilizados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para conceder o financiamento aos trabalhadores rurais (pequenos produtores isolados ou cooperativados). Deste modo, o Programa possibilita o acesso ao

crédito àqueles que, em condições de mercado, não o obteriam do setor bancário. Os agricultores familiares são divididos em quatro grupos (A, B, C, e D), de acordo com o valor bruto da produção destes, e cada grupo possui suas condições de financiamento.

São ainda objetivos do PRONAF segundo Buainain (1997):

- . ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;
- . melhorar o desempenho produtivo e a qualidade de vida da população rural, viabilizando a infra-estrutura necessária;
- fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- . elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, e assim lhes proporcionar novos padrões tecnológicos e de gestão, e
- . favorecer o acesso dos agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Para Buainain (1997), os beneficiários do PRONAF devem atender aos seguintes requisitos:

- utilizar trabalho familiar, com apoio de empregados temporários e no máximo dois empregados permanentes; possuir ou explorar área que não supere quatro módulos fiscais;
- residir no imóvel rural ou em vila urbana ou rural próxima ao imóvel;
- ter 80% de sua renda corrente proveniente da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa e, em se tratando de organizações de agricultores, estas precisam que pelo menos 60% de seus membros sejam classificados como produtores familiares.

De acordo com dados da Secretaria de Agricultura Familiar ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Banco do Brasil é a principal agência implementadora do PRONAF, correspondendo a 63% do volume aplicado no programa entre 1998 e 2007, num total superior a R\$.28 bilhões de reais, distribuídos em 7.408.107 contratos no período.. Os empréstimos são oferecidos com taxa de juros menores que as do mercado, variando de 1% a 6,75% ao ano e, a quantia máxima de empréstimo é de R\$ 6.000,00 para capital de giro e R\$ 18.000,00 para investimento em ativos fixos. O Ministério da Fazenda cobre a diferença entre o custo real e o baixo juro de empréstimo.

2 A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NA TRANSAMAZÔNICA

A atuação do Banco na região acompanhou as alterações na economia local desde a implantação da sua primeira agência em 1964, quando era voltada praticamente para o setor agropecuarista, madeireiro e extrativista. Foi fundamental para a implantação do Projeto Integrado de Colonização de Altamira, atendendo os imigrantes em toda a região, com uma cobertura de aproximadamente 500 quilômetros da rodovia. A agência de Altamira foi criando seções externas de atendimento e de acordo com o porte dos postos de atendimento foram se transformando em agências, sendo atualmente uma Medicilândia e outra em Uruará. No município de Brasil Novo, distante 45km, há um Posto Avançado de Atendimento vinculado à Agência de Altamira. Além da agência Altamira, destacou-se também a agência de Vila Pacal, que durante o auge da cana de açúcar deu suporte às ações de desenvolvimento regional no município de Medicilândia, encerrando suas atividades em 1995.

A base da economia da região continua sendo a agropecuária, destacando-se a pecuária e a cacauicultura, com um misto de grandes fazendas e pequenas propriedades de agricultura familiar. Altamira é um pólo regional que tem no seu comércio uma atividade muito forte para atender os demais municípios da região. A região possui apenas uma indústria de porte, que é também o único frigorífico da região.

2.1 A AGÊNCIA DE ALTAMIRA

A primeira agência do Banco do Brasil na região da Transamazônica foi criada no município de Altamira em 01 de julho de 1964, com vista a dar suporte para os projetos de desenvolvimento da região, contando atualmente com um quadro de 22 funcionários na agência e mais cinco no Posto de Brasil Novo.

Atende os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú, Pacajá e Brasil Novo onde mantém um Posto de Atendimento Avançado com uma estrutura de cinco funcionários.

A atuação do Banco do Brasil na região sempre esteve voltada para o seu desenvolvimento com financiamentos à produção e comercialização agrícola, vivendo momentos de picos e depressões acompanhando a economia da região. Após duas décadas de apoio à área agrícola, na década de 90 houve um recuo na atuação nesta área, acompanhando o movimento nacional de redução do crédito agrícola.

A partir de 2003 houve grande demanda na agricultura familiar, principalmente no âmbito do PRONAF na região com um volume total nas duas instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, na ordem de R\$.45 milhões de reais até a safra 2007/2008. Vale ressaltar também que o início do governo Lula foi em 2003 e, que a região é farta em movimentos sociais que apoiaram a candidatura de governo do atual presidente, sendo um dos temas da campanha presidencial de 2002 à democratização do crédito no campo e reforma agrária (SAF, 2009).

Em termos de aplicação de crédito para Pessoas Físicas na agência, 34,5% está direcionado para o agronegócios sendo 32,5% para linhas do PRONAF e apenas 2% para a agricultura empresarial. Vale ressaltar que das 21 operações da agricultura empresarial em que os recursos estão aplicados, 20 estão em situação de inadimplência, tendo sido liberada somente uma operação na safra 2008/2009 em situação de normalidade.

2.2 A INADIMPLÊNCIA

Não há como falar em inadimplência sem falar em crédito afinal, a inadimplência só ocorre depois da liberação do crédito. Vamos nos ater neste trabalho ao crédito e à inadimplência agrícola no sistema bancário, foco deste trabalho.

Toda operação de crédito no sistema bancário é considerada uma transação financeira, onde os recursos do credor, no caso o Banco do Brasil, que recebe recursos de várias fontes, como poupadores, aplicadores, programas governamentais ou outras operações financeiras de mercado, são liberados para a execução de projetos do devedor. Assim, o Banco também se torna um investidor no negócio do devedor. Mas, para que isso aconteça, o credor tem que tomar alguns cuidados para que haja o retorno desse capital alocado, com a receita esperada para viabilizar o seu negócio (BB, 2004b).

Segundo Abramovay e Junqueira, (2003), toda transação financeira é um contrato intertemporal de cumprimento incerto, uma negociação entre o credor e o tomador, baseada na capacidade futura de tomador honrar seus compromissos logo, a rentabilidade das organizações creditícias está relacionada com a capacidade das mesmas em avaliar os riscos e antecipar a confiabilidade dos credores.

Dessa forma, as instituições financeiras utilizam políticas próprias para operar com crédito e seguir padrões nacionais e internacionais, em função dos riscos atribuídos ao negócio, tendo informações consistentes do cliente, estipulando o preço do crédito concedido

(taxa de juros), formalizando a operação e gerenciando o crédito concedido até seu retorno ao caixa da instituição (BB, 2004b).

O crédito é concedido de acordo com a sua finalidade, podendo ser direcionado a financiamentos, que são operações normalmente, de longo prazo, taxas reduzidas e com destinação específica como, por exemplo, aplicação em projetos de expansão de empresas ou aquisição de veículos, empréstimos, que não tem necessariamente destinação específica e geralmente possuem prazos mais curtos com taxas diferenciadas maiores do que os financiamentos (BB, 2004b).

A análise e liberação do crédito variam de acordo com as políticas de crédito estabelecidas pela empresa. Nesse cálculo, entram o custo da aquisição do recurso, a finalidade do crédito e o risco na aplicação desse crédito. Para o risco do crédito são levados em conta alguns fatores como o risco do cliente, da operação, da concentração de crédito e da administração desse crédito. Além disso, outros fatores que interferem no risco do crédito para o cliente, que são o risco de mercado quando há mudanças bruscas no comportamento do mercado financeiro, risco legal quanto a inobservância de dispositivos legais ou regulamentares, o risco de imagem quando a imagem é desgastada por publicidade negativa, o risco de liquidez quando ocorre a falta de recursos para cumprir com suas obrigações, o risco de conjuntura quanto à possibilidade de ocorrer mudanças nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras internamente ou em outros países, e operacional, da possibilidade de ocorrer falhas nos procedimentos ou sistemas da empresa durante a análise e liberação do crédito (BB, 2004b).

Para subsidiar a análise do crédito, é necessário ter a maior quantidade de informações possíveis do tomador, afim de que o credor possa liberar o crédito com um risco calculado sobre o recurso aplicado. Muitos autores falam também de assimetria de informações que envolvem as duas partes no processo: o credor e o tomador. Segundo Azevedo e Shikida (2004), A assimetria de Informações ocorre quando uma parte detém mais informações sobre as condições *ex ante* e/ou *ex post* das transações realizadas do que a outra parte.

Outro fato importante são as ações oportunistas, tanto dos agentes financeiros, quanto do tomador do crédito. Tais ações se derivam das informações e ocorrem quando se abre a oportunidade de um ganho alto com baixo custo. Neste ponto entra o que alguns autores chamam de risco moral que ocorre, por exemplo, quando um cliente toma crédito para um projeto específico e aplica em outra finalidade, comprometendo a sua capacidade de honrar seu compromisso com o credor.

Efetuar as análises de crédito do cliente e da operação da forma mais precisa possível, é o primeiro passo para reduzir o risco da inadimplência, por isso o alto investimento das instituições financeiras.

Toda operação possui um risco atribuído que define qual o limite de exposição ao risco o credor está disposto a correr. Conforme o risco da operação as instituições financeiras devem direcionar parte dos seus recursos para uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que constitui uma reserva financeira para amparar possíveis perdas em ativos operacionais. Os riscos das operações são definidos por letras e variam de “AA” a “H”. Nas operações com risco “AA” o percentual de PCLD é de 0%, ou seja, não tem impacto na PCLD e automaticamente a instituição não precisa efetuar provisão. Já para as operações com risco “A” o percentual é de 0,5% do valor da operação, para o risco “B” é de 1,0% e assim por diante. Para as operações inadimplentes o risco da operação é alterado mensalmente, conforme o período de atraso, até chegar a risco “H”, quando 100% do valor da operação é reduzido do resultado da empresa como PCLD. Desta forma uma operação de risco “A” depois de sete meses em atraso é alterada para risco “H”, obrigando a instituição a aprovisionar 100% do valor da operação como PCLD. Após 360 dias de vencida, o valor total da operação é direcionado para prejuízo da empresa (BB, 2004a).

O acompanhamento constante da operação e o início de ações de cobrança imediatas quando da ocorrência de fatores que possam acarretar em prejuízo para a instituição é fator decisivo para o sucesso na recuperação dos créditos alocados. Tais ações variam de instituição para instituição de acordo com suas políticas de crédito, indo desde cobrança direta, à inscrição em entidades de proteção ao crédito e à cobrança judicial.

A inércia na cobrança por sua vez, leva à ineficiência da recuperação dos créditos, podendo aumentar o risco moral e incentivar as ações de tomadores de crédito oportunistas que têm pouco a perder com o crédito não honrado, podendo acarretar o colapso da instituição financeira e/ou da linha de crédito na região.

2.2.1. A Inadimplência na Agricultura Familiar

Uma das grandes preocupações dos economistas quando se fala em microcrédito e crédito aos pequenos agricultores é em relação à inadimplência. De acordo com as regras PRONAF, o crédito para a agricultura Familiar, tem destino específico, e além da questão de fomento, desempenha também um papel social de fortalecer o pequeno agricultor no campo

utilizando mão-de-obra familiar, reduzindo o êxodo rural, contribuindo para a geração de alimentos no país, evitando o aumento dos problemas sociais nas grandes cidades. (SAF, 2009).

Por outro lado, manter a inadimplência do PRONAF em todas as regiões em patamares dentro dos padrões brasileiros é um grande desafio para o sucesso e continuidade da linha. De acordo com dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF, 2009), ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a inadimplência nas linhas de agricultura familiar no Brasil é em torno de 2,5%. Esse percentual varia de acordo com as regiões do país e também em relação ao volume de recursos aplicados e à quantidade de operações de crédito, além das questões demográficas, divisão territorial dos estados e culturais. A divisão em número de contratos entre 1999 e 2008 para as regiões do país estava assim distribuídas: Sul 42%, Nordeste 30%, Sudeste 15%, Norte 9% e Centro-Oeste 4%. Analisando a evolução das contratações, percebemos que os estados do Norte e Nordeste tiveram incremento superior a 50% em número de contratações a partir de 2003 em relação ao ano anterior, enquanto os estados do Sul e Sudeste mostram estabilidade. Somente o estado do Pará aumentou de 5376 contratos em 2002 para 22.068 contratos em 2003 e 53.789 contratos para 2004, ou seja, um incremento de 1000% em dois anos (SAF, 2009).

Esse aumento se reflete na região de atuação da agência. De acordo com dados da SAF (2009), até a safra 2001/2002³, haviam sido liberadas pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia, apenas três operações nos municípios de abrangência da região, Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú e Pacajá, sendo duas operações de custeio e uma de investimento. Na safra 2002/2003 foram 19 operações de investimento e 138 de custeio. Na safra 2003/2004 esse número saltou para 288 operações de investimento e 1.780 de custeio. Em 2004/2005 acompanhou este número sendo 454 operações de investimento e 1.381 de custeio. A partir de 2005/2006 inicia-se uma redução desses números sendo 463 operações de custeio e 140 de investimento. Na safra 2006/2007 foram 625 operações de investimento e 662 de custeio.

Existem três pontos a ser observados nesse contexto de aumento nas contratações. Primeiro, o aumento do número de contratos mostra uma aparente democratização do crédito na agricultura familiar, pois foi liberado para uma quantidade enorme de famílias, que até então não tinham acesso a crédito. Segundo e mais preocupante, essa aparente democratização

³ O ano agrícola vai do mês de julho ao mês de junho do ano seguinte. Assim quando se fala safra 2001/2002 estamos falando do período entre o mês de julho/2001 ao mês de junho/2002.

de forma tão rápida, distribuiu crédito a uma grande quantidade de agricultores sem experiência e cultura de crédito, em regiões onde houve e ainda há muitos incentivos governamentais com recursos não reembolsáveis, como no caso de infra-estrutura de assentamento e, terceiro, a rapidez no desembolso de operações inviabiliza o estudo e a conclusão para se efetuar projetos de desenvolvimento sustentável no longo prazo, prejudicando o desenvolvimento da região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo destina-se a apresentar o método de estudo utilizado na pesquisa, assim como os procedimentos de coleta e análise de dados. Para validar a pesquisa científica faz-se necessário a escolha apropriada do método e procedimentos de coleta e análise de dados, com vista a obter o resultado esperado nos objetivos do trabalho.

3.1 A PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, com a realização de questionário para o levantamento de dados, tabulação e quantificação dos dados recolhidos, realizada pelo pesquisador diretamente no seu ambiente, envolvendo a obtenção de dados sobre pessoas, lugares e processos, de forma interativa e direta.

De acordo com Demo (1988), o objetivo da abordagem quantitativa é compreender os fenômenos de investigação segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo e do significado que eles dão às coisas.

A pesquisa utilizou o método Survey para efetivação do levantamento de dados, do tipo exploratório a fim de aprofundar os conceitos desse investigador, com coleta de dados em campo, objetivando de coletar informações sobre as características e percepções do grupo pesquisado sobre a inadimplência na agricultura familiar na Transamazônica.

3.2 OS PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário em um público de 120 pessoas sendo: 100 agricultores de uma população estimada de 1.100 que estavam com operações nas linhas do PRONAF em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2008 e 20 representantes de entidades ligadas à agricultura familiar consideradas instituições parceiras do Banco do Brasil, como presidentes de associações, presidentes de sindicatos rurais e técnicos agrícolas de empresas de assistência técnica conveniados com o Banco, para elaboração e acompanhamento de projetos. Em relação à circunscrição, os questionários foram distribuídos nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú e Pacajá.

O período da aplicação do questionário foi entre os dias 15 de fevereiro de 2009 e 05 de março de 2009.

A aplicação se deu de forma direta pelo pesquisador e representantes dos sindicatos e associações, em reuniões e encontros com os agricultores, assim como a pesquisa com os parceiros, deixando os pesquisados livres para responder as questões de forma que as respostas registrassem a fidedignidade das informações prestadas.

O questionário para os agricultores apresenta oito perguntas objetivas e uma discursiva. Da mesma forma, o questionário para os parceiros apresenta sete questões objetivas e uma discursiva. O objetivo da inclusão da questão discursiva foi colher as sugestões dos pesquisados sobre a melhoria do crédito agrícola na região. Ambos os questionários visam gerar informações para identificar o perfil dos agricultores inadimplentes e o motivo da inadimplência. A inclusão do questionamento sobre a localidade e município foi para controle da distribuição e recebimento do questionário por este pesquisador e para confrontar com a distância da propriedade em relação à agência Bancária.

Além do questionário, foram utilizados dados consolidados de operações no âmbito do PRONAF, de dezembro de 2008 em pesquisa direta no Sistema de Informações Banco do Brasil (SISBB), sobre as operações inadimplentes. Foram utilizadas para a pesquisa 50 operações de custeio e 50 operações de investimento agrícola que estavam inadimplentes, envolvendo todos os municípios da região. Foi pesquisado também o índice de inadimplência do Banco da Amazônia na região, através de dados consolidados daquela instituição nas linhas do PRONAF, a fim de confirmar se o problema é isolado do Banco do Brasil ou regional, uma vez que somente os dois bancos operaram linhas do programa na região, através de pesquisa direta naquela instituição.

Todos os dados foram realizados de forma a não identificar o pesquisado, trazendo transparência à pesquisa, uma vez que o que interessa é a análise consolidada dos dados e não o indivíduo em si.

Os questionários foram numerados quando do recebimento em ordem de chegada. Dos 120 questionários distribuídos, foram respondidos 81 de agricultores e 12 de parceiros. Os dados foram tabulados utilizando planilhas eletrônicas, efetuando a consolidação através das somas, médias, separação dos valores máximos e mínimos, e quantidade de mesmas sugestões nas perguntas subjetivas. A análise é feita confrontando os dados respondidos pelos agricultores com os das empresas parceiras, com exceção das duas primeiras perguntas que identificam o atendimento da necessidade do agricultor segundo a assistência técnica e a finalidade do empréstimo pelo agricultor. A análise é iniciada a partir do resultado dos

questionários, em seguida aos dados das operações no Banco do Brasil e por ultimo o índice de inadimplência do Banco do Amazônia somente para comparação e considerações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A idade média dos agricultores pesquisados foi de 43 anos, sendo o mais idoso com 69 anos e o mais jovem com 23 anos. Desta forma, considerando que a corrente migratória para a colonização da região se encerrou na década de 80, os agricultores que tomaram crédito no Banco estão entre a primeira e a segunda geração de colonizadores da região. A distância média da localidade até a agência do Banco do Brasil é de 72 km sendo a mais longa de 235 km e a mais próxima de 8km. Vale lembrar das condições da estrada que ficam em péssimas condições no período de chuvas na região durante praticamente cinco meses do ano. No período de chuvas, os agricultores de algumas localidades do município de Pacajá, o mais distante de Altamira a cerca de 220 km, podem levar até dois dias para chegar a Altamira. Com a deficiência no transporte público, o transporte de pessoas é efetuado através de Van's ou os chamados carros de linha, caminhões adaptados para o transporte de pessoas e mercadorias, que ainda são maioria no interior devido à qualidade das estradas.

Dos parceiros que responderam a questão sobre a ligação com o crédito agrícola no município, 10 eram técnicos de empresas de Assistência Técnica e dois de Sindicatos. Os dois sindicatos que responderam a pesquisa foram do município de Vitória do Xingu e de Senador José Porfírio, que também auxiliaram na pesquisa com os agricultores.

Em relação à finalidade do crédito, o resultado do questionário foi de que 59 agricultores efetuaram projetos para custeio de produção e 22 para projetos de investimento em infra-estrutura. Já com relação ao atendimento da necessidade do produtor pelo projeto, nove parceiros responderam que sim e três responderam que o projeto não atendeu as necessidades do produtor.

Em relação à aplicação correta dos recursos no projeto a que se destinou para os agricultores, 44 aplicaram e 37 não aplicaram, correspondendo a 46% dos recursos desviados para outros fins que não somente os do projeto. Para os parceiros, nove responderam que os recursos foram aplicados no projeto e quatro que não foram, ou seja um índice de 25% acreditam que houve desvio de finalidade. Este dado é alarmante, pois a aplicação correta dos recursos é fundamental para o sucesso do projeto e a conseqüente geração de renda para o pagamento do crédito aberto. Em relação aos projetos que tiveram desvio na aplicação dos recursos, para os 40 agricultores que responderam, quatro afirmaram que o crédito foi utilizado para a aquisição de veículo, 24 para pagamento de dividas e 12 para outros fins. Quanto aos 4 parceiros que responderam à questão, dois acreditam que os recursos do projeto

foram utilizados para o pagamento de dívidas e dois para outros fins. Essa é uma questão fundamental na pesquisa, pois demonstra claramente o risco moral, identificado no resgate teórico da inadimplência ou seja, abriu-se a possibilidade de crédito barato, com pagamento diferenciado, pois trata-se de crédito agrícola e sem garantias reais no caso de custeio, onde a garantia das operações são em cima de avalista.

Quanto à fiscalização da assistência técnica, 15 agricultores responderam que houve fiscalização da assistência técnica e 66 responderam que não houve fiscalização da assistência técnica. Para os parceiros, sete afirmam que houve e cinco que não houve fiscalização.

Quanto à fiscalização do Banco, seis agricultores responderam que houve fiscalização e 75 responderam que não houve. Para os parceiros três responderam que houve e nove que não houve fiscalização por parte do Banco do Brasil. Para os agricultores, foi perguntado sobre o seu conhecimento de fiscalização na sua localidade sete responderam ter conhecimento de fiscalização na localidade e 74 não tem conhecimento de fiscalização na localidade. Este é mais um ponto que reforça o risco moral e a ineficiência e ineficácia no acompanhamento do crédito, principalmente pelo credor, levando à inadimplência. Então, quem não acompanha e cobra o crédito emprestado, abre margem para o desvio de finalidade, sendo que ambos, agricultores e parceiros, na sua maioria, responderam que há ineficácia na fiscalização, tanto por parte da assistência técnica quanto por parte do Banco.

Em relação aos motivos que levaram à inadimplência, 46 agricultores responderam tratar-se de frustração de safra, nove de preço muito baixo, um de dificuldade no transporte de mercadorias, quatro por incentivo de outras pessoas e 21 por outros motivos. Nos parceiros houve uma indicação por frustração de safra, uma por preço muito baixo, uma por dificuldade de transporte de mercadorias, sete por incentivo de outras pessoas e duas por outros motivos. Temos relatos de muitos agricultores que perderam a produção por frustração de safra, pragas, chuvas e/ou dificuldade de comercialização o que indica, a não ser no caso de fatores meteorológicos, a falta de acompanhamento técnico. Por outro lado, temos também relatos em reuniões de agricultores, que muitos não têm conhecimento ou confiança no avalista, porém, como era exigência para o empréstimo, vários agricultores assinaram como garantia de pagamento para pessoas que não conheciam. Ocorre que como ambos são inscritos em cadastros de proteção ao crédito, enquanto não houver a liquidação da dívida, o avalista fica inscrito e, automaticamente, impedido de tomar crédito, o que reforça a resposta dos parceiros com relação à influência de outras pessoas.

Quanto a procurar o Banco para renegociar suas dívidas, todos os 81 entrevistados responderam que procuraram o Banco para renegociar. Destes, 74 responderam que suas

propostas foram aceitas e 40 que a proposta atendeu suas condições. Em relação aos parceiros, oito acreditam que os agricultores procuraram o Banco para renegociar e oito que a proposta atendeu as condições dos agricultores. Vale lembrar neste item que foram feitas reuniões pelo Banco diretamente nas localidades na mesma época da pesquisa buscando a regularização/renegociação de dívidas agrícolas.

A última questão da pesquisa foi aberta e buscou a percepção dos pesquisados em relação a alternativas para melhorar o crédito agrícola na região. Foram levantadas sugestões dos agricultores e dos parceiros, conforme mostra o Quadro 1. O quadro mostra a relação de itens a serem melhorados. A soma da quantidade de indicações é maior do que a quantidade de entrevistados, uma vez que vários entrevistados efetuaram mais de uma sugestão.

Quadro 1 - Sugestões para melhoria do crédito agrícola na região

ÍTEM A MELHORAR	AGRICULTORES	PARCEIROS
Assistência Técnica	33	5
Juros mais baixos	23	1
Infra-estrutura	18	4
Incentivos a agricultura	15	
Prazo pagamento do custeio	14	1
Apoio Governamental	9	
Mais Crédito	7	1
Renegociação de dívidas	5	
Menos burocracia	4	5
Agroindústria para a região	2	
Transparência nas relações	1	
Eliminar a Corrupção		1
Fiscalização BB		1

Fica claro no quadro acima a carência de acompanhamento técnico na região, sendo que as empresas que atuam são somente as empresas oficiais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA) e Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC), cuja estrutura vem sendo sucateada ao longo dos anos, com falta de viaturas, combustível e até de materiais de expediente, sobrevivendo graças ao seu corpo técnico na região. Sobre a redução dos juros, como os agricultores estão em situação de inadimplência, as operações partem de 3% ao ano em média para 12% ao ano mais multa por atraso.

Na pesquisa das operações de PRONAF efetuada na agência com 50 operações de custeio e 50 de investimento, todas inadimplentes, escolhidas aleatoriamente por número de operação. Foi identificado 44 operações de custeio eram para o cultivo de mandioca e seis para lavouras de outros produtos, em todos os municípios na abrangência da agência. Há de se

ressaltar que a lavoura de mandioca tem um ciclo de dois anos e, automaticamente, o prazo de pagamento é igual ao ciclo. Das operações de Investimento 49 eram para a implantação de energia elétrica e apenas uma para demais obras de infra-estrutura. Os valores das operações de financiamento para a implantação da rede de energia elétrica em propriedades rurais foram antecipados para que o produtor efetuasse o pagamento das obras de implantação de energia elétrica na localidade. Com o projeto Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME, 2004), esses valores serão ressarcidos para amortização das dívidas dos agricultores através da Companhia de Eletrificação do Pará (CELPA), que ainda não definiu um prazo correto para o crédito em conta corrente dos agricultores e a consequente amortização/liquidação das operações. Como as operações estão em nome dos agricultores, os mesmos são responsáveis pelas obrigações assumidas, juntamente com seus avalistas. Ressalte-se que há pressão de políticos da região para não efetuar o pagamento ao Banco tendo em vista que o ressarcimento deva ser efetuado pela Concessionária.

Em relação à inadimplência do Banco da Amazônia, o índice encontrado na região de circunscrição da agência do Banco do Brasil de Altamira, envolvendo os seis municípios pesquisados foi de 60,91% (BASA, 2009).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Podemos tirar várias conclusões da pesquisa, mas todas levam ao início do processo de crédito: a análise criteriosa do projeto e do cliente, além do desenvolvimento de projetos e ações para a região, visando o desenvolvimento regional de forma sustentável e duradoura, com a mudança na cultura de crédito na região.

O resultado das análises efetuadas, o resgate teórico e histórico da região assim como os dados de operações de crédito da Secretaria de Agricultura Familiar, em que fica evidente a avalanche de recursos liberados em uma região sem cultura de crédito, aliado a falta de acompanhamento técnico e de fiscalização dos projetos, tanto pelas empresas de assistência técnica quanto pelo Banco do Brasil, mostram haver uma razoável facilidade para o desvio de finalidade desses créditos liberados de forma nem sempre ordenada e consciente. Além disso, a possibilidade de evitar a frustração de safra apresentada nas respostas dos próprios agricultores e também dos parceiros são alguns dos motivos para a inadimplência do Programa na região, que não é de exclusividade do agente financeiro Banco do Brasil, como ficou evidente no índice de inadimplência da outra instituição que atua no âmbito do PRONAF.

Quanto à finalidade dos projetos, as operações para custeio agrícola, mostram uma tendência de se utilizar projetos para culturas de ciclo longo como a mandioca que, mesmo a região ter vocação para a sua produção não é o único produto cultivado nas propriedades. Na região é produzida ainda uma infinidade de outras culturas como frutas, hortaliças, etc. além da pecuária de corte e leite, o que demonstra uma tendência de foco no recurso e não para o projeto. É comum encontrarmos agricultores em busca de informações, questionando sobre para qual finalidade existem recursos disponíveis no Banco. O que parece ainda não estar claro na região, é que o sucesso para um projeto depende do correto estudo e implantação desse projeto e não do crédito que vai fomentá-lo.

Em relação às operações de investimento, cuja maior incidência de finalidade do crédito foi à eletrificação rural, a responsabilidade das operações são dos agricultores que financiaram o pagamento das suas linhas de energia elétrica, com base no programa governamental, que ainda não tem previsão concreta de efetuar o crédito, que é outro problema sério que poderia ter sido mais bem estruturado desde o início do processo, atrelando o vencimento da operação ao repasse dos recursos. Aliás, do ponto de vista do “Programa Luz para Todos” (MME, 2004), o objetivo de levar energia elétrica a todas as residências da região foi cumprido. Junto à energia elétrica, chegam também novas

possibilidades de desenvolver a região, não sendo a única condição para que isso aconteça. Porém, ficam as questões de quem vai arcar com os custos, tendo em vista que a operação já está vencida, dos juros de inadimplência que são muito maiores do que os juros de adimplência, havendo pressão política para que os agricultores não paguem o Banco, tendo em vista que o crédito do programa a ser repassado pela concessionária ainda está sem data concreta para efetivação, e de quanto vai ser o dano até a regularização da situação da inadimplência com a falta de confiança das instituições financeiras para liberação de crédito para a agricultura na região.

Enquanto essas questões não se resolvem, a região sofre com a falta de crédito agrícola. Com os atuais índices de inadimplência, é inviável para qualquer instituição financeira a liberação de créditos de forma normal para todas as atividades, ficando claro que a simples liberação de créditos não gera desenvolvimento.

A falta de políticas públicas de desenvolvimento de forma sustentável e políticas descontinuadas como os grandes projetos para a Amazônia desenvolvimentistas das décadas de 40 a 70 também contribuem contra a criação de cultura de crédito e desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

Então qual seria a saída?

O Banco do Brasil vem trabalhando com uma estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) em todo o país aliado as ações de sua Agenda 21. De acordo com essa estratégia, o Banco não atua somente como fomentador de crédito, mas também com articulação e concertação entre as várias entidades ligadas à atividade, com o fim de desenvolver a região de forma sustentável (BB, 2007).

A declaração do Ministério do Meio Ambiente na mensagem de abertura da Agenda 21 do Banco do Brasil nos coloca que.

O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe um processo de inclusão social com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os brasileiros, todos os brasileiros, desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. Não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas no nosso País (BB, 2007).

Desta forma, para uma Instituição bicentenária que pensa Sustentabilidade, deixar de promover ações em uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável, em uma região que tão carente que necessita de ações de tal porte, seria no mínimo hipocrisia.

A agência de Altamira vem trabalhando em apenas uma atividade dentro da estratégia DRS: a cacauicultura, que anda de forma tímida, mas começa a demonstrar resultados, sendo esta a única atividade com autorização para a aplicação de novos recursos no âmbito do PRONAF.

A expansão dessa estratégia pode ser uma das alternativas para o alavancar o desenvolvimento de forma sustentável, de forma consciente e estruturada, com articulação e acompanhamento eficiente e eficaz junto com parceiros na atividade, que não prevê a simples elaboração de projeto e liberação de crédito, mas o acompanhamento de produção, transporte e comercialização, a utilização de novas tecnologias através de treinamento em campo e em sala de aula, a educação escolar e ambiental dos agricultores, incentivando o associativismo e disseminando uma cultura empreendedora e de crédito.

Mudanças culturais não são fáceis e não acontecem de forma imediata. É necessário educação e exemplos de que existem alternativas de solução para o mesmo problema. A busca por uma política pública continuada, o investimento na educação e o incentivo através de ações concretas para manter o homem no campo, são alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar no país e o desenvolvimento econômico e social da região.

Com essas considerações, consideramos atingido o objetivo da pesquisa de identificar os motivos que levaram os agricultores que tomaram crédito no Banco a ficarem inadimplentes com o Banco, mas não exaure as discussões e estudo sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; JUNQUEIRA, R.G.A. **Sustentabilidade das Microfinanças Solidárias**. In. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, 2003.

ABREU, Kátia. Agronegócios é questão do Estado. **Confederação Nacional de Agricultura**, Brasília 16 dez 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=20686>>. Acesso em 05/03/2009.

AZEVEDO, C. M.; SHIKIDA, P. F. A.; Assimetria da Informação e o Crédito Agropecuário: o Caso dos Cooperados da Coamo-Toledo (PR). In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol 42, n 2, Abril/Junho 2004.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Metodologia de Avaliação da Capacidade de Geração de Resultados de Instituições Financeiras**. Nota técnica 26. BACEN, 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>> Acesso em: 28/02/2009.

BARILE Filho, Dino Getúlio. **Educação ambiental: desafios para a amazônia e transamazônica**. Lavras: UFLA, 2004.

BASA - BANCO DA AMAZÔNIA. **História do Banco do Amazônia**. Disponível em <www.basa.com.br>. Acesso em: 28/02/2009.

BB - BANCO DO BRASIL. **Cobrança e Recuperação de Crédito**. Brasília: BB, 2004a.

_____. **Introdução ao Processo de Crédito**. Brasília: BB, 2004b.

_____. **Relatório Anual 2008**. Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb>>. Acesso em: 15/02/2009.

_____. **Responsabilidade Sócio Ambiental e Sustentabilidade**. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portalbb/home1,8305,8305,0,0,1,6.bb>>. Acessado em: 20.12.2009.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES Setorial, 2002 nº. 16, p. 31-56**. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1602.pdf>. Acesso em: 15/02/2009.

BRASIL, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em 05/03/2009.

_____. Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 05.03.2009.

BUAINAIN, A. M. **Trajatória Recente da Política Agrícola Brasileira**. Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1997. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao>> Acesso em 05.03.2009.

CARDIM, Silvia Elisabeth de C.S.; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. INCRA, 2005. Disponível em <<http://www.mauolemes.com.br/analiseestruturafundiaria.htm>> Acesso em 05/03/2009.

COUTO, Rodrigo Luís Rosa. **Metodologia de Avaliação da Capacidade de Geração de Resultados de Instituições Financeiras**. Nota Técnica BCB, 2002. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>> Acesso em: 05/03/2009.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1988.

FAVERET FILHO, P. **Evolução do Crédito Rural e Tributação sobre alimentos na Década de 1990**: Implicações sobre as Cadeias de Aves, Suínos e Leite. Rio de Janeiro: 1998, IPEA.

GRYZAGORIDIS, Olívia Bertoche; FERREIRA, Léo da Rocha. **Impactos do Crédito Rural no Brasil**. Rio Branco: 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/484.pdf>> Acesso em: 10.02.2009.

GUIMARÃES, G. **Determinantes Econômicos da Evolução da Estrutura Fundiária no Brasil**. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

HOMEM DE MELO, F. **A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira**. 31p. Disponível em <<http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3438>>. Acesso em: 10.02.2009.

IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil 500 anos**. IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28.02.2009

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto Integrado de Colonização Altamira I**. Brasília: INCRA, 1972.

MARTINE, G. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. In: **Revista Semestral do IPEA**, nº 3, junho de 1990. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. 33p.

MIRANDA, E. F. Agricultura: 1994/2002 – Crescimento e Modernização. In: **Panorama Macroeconômico Brasileiro** –Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica. 13 de Agosto de 2002. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/spe/panorama/panorama_agricola_2002.pdf>. Acesso em: 10.03.2009.

MME - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa Luz para Todos**. Disponível em <http://www.mme.gov.br/programs_display.do?prg=8>. Acesso em: 05.03.2009.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR, Políticas Públicas e Amazônia**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

REZENDE, G. C. de & GOLDIN, I. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

REZENDE, G. C. **Política de Preços Mínimos na década de 90: dos velhos aos novos instrumentos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 19p. (Texto para Discussão, nº. 740).

SAF - SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILAR. Disponível em: <<http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/anoagricola.asp>>. Acesso em: 28.02.2009.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 15.02.2009.

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE., Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br>>. Acesso em: 15.02.2009

SUFRAMA - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS.. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acesso em: 15.02.2009.

TAMER, Alberto. **Transamazônica, Solução para 2001**. 2ª ed. São Paulo: APEC, 1971.

TAVARES, Vânia Porto. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

ANEXO A

TABELA DE COLETA DE DADOS - AGRICULTOR

Esta pesquisa destina-se a coleta de dados para amparar estudo sobre a inadimplência agrícola na região da transamazônica, como trabalho de conclusão do curso de MBA – Gestão de Negócios Financeiros, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os dados levantados serão utilizados de forma anônima, e servirá para sugerir soluções para o problema do crédito na transamazônica, dando subsídios para melhorar a produção e qualidade de vida dos agricultores da região. Solicitamos que responda de forma sincera e que traduza a realidade dos fatos.

Idade: ____ Localidade: _____ Município: _____

1) Qual a distância de sua propriedade até a agência do Banco do Brasil: _____ km

2) Qual a destinação do empréstimo: () Custeio de Produção () Investimento na propriedade

3) O recurso foi aplicado para o fim a que se destinou: () SIM () NÃO

3.1) Se não, em que foi aplicado: () Compra de veículo (Moto, carro, caminhão)
() Pagamento de dívidas
() Outros

4) Houve acompanhamento da assistência técnica durante sua execução: () SIM () NÃO

5) Foi realizada fiscalização por parte do Banco em sua propriedade: () SIM () NÃO

6) Tem conhecimento se houve fiscalização em sua localidade: () SIM () NÃO

7) Quais os motivos que o levaram a deixar de quitar o empréstimo:

() Frustração de safra (perda da plantação)
() Preço muito baixo
() Dificuldade de transporte de mercadorias
() Incentivo de outras pessoas
() Outros

8) Procurou o Banco para renegociar: () SIM () NÃO

8.1) Sua proposta foi aceita () SIM () NÃO

8.2) A proposta do Banco não atendeu suas condições: () SIM () NÃO

9) Descreva em poucas palavras, quais as alternativas para melhorar o crédito na região:

Obrigado pelas respostas

ANEXO B

TABELA DE COLETA DE DADOS – PARCEIROS

Esta pesquisa destina-se a coleta de dados para amparar estudo sobre a inadimplência agrícola na região da transamazônica, como trabalho de conclusão do curso de MBA – Gestão de Negócios Financeiros, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os dados levantados serão utilizados de forma anônima, e servirá para apontar soluções para o problema do crédito na transamazônica, dando subsídios para melhorar a produção e qualidade de vida dos agricultores da região. Solicitamos que responda de forma sincera e que traduza a realidade dos fatos, sendo que a presente pesquisa descreve EXCLUSIVAMENTE os agricultores que **NÃO** conseguiram honrar seus compromissos com os Bancos.

Município: _____ Entidade: _____

- 1) Qual a sua relação com o crédito agrícola em seu município:
 - Assistência Técnica
 - Associação
 - Sindicato
 - Outros

- 2) Em sua opinião, os projetos apoiados pelos bancos, atenderam a necessidade do produtor:
 - SIM NÃO

- 3) Em sua opinião, os recursos foram aplicados para o fim a que se destinou:
 - SIM NÃO
 - 3.1) Se não, em que foi aplicado:
 - Compra de veículo (Moto, carro, caminhão)
 - Pagamento de dívidas
 - Outros

- 4) Houve acompanhamento da assistência técnica durante sua execução: SIM NÃO

- 5) Foi realizada fiscalização por parte do Banco nos projetos apoiados: SIM NÃO

- 6) Em sua opinião, quais os motivos que o levaram a deixar de quitar o empréstimo:
 - Frustração de safra (perda da plantação)
 - Preço muito baixo
 - Dificuldade de transporte de mercadorias
 - Incentivo de outras pessoas
 - Outros

- 7) Os agricultores procuraram o Banco para renegociar : SIM NÃO
 - 7.1) As propostas dos bancos atenderam as condições dos produtores: SIM NÃO

- 8) Descreva em poucas palavras, quais as alternativas para melhorar o crédito na região:

Obrigado pelas respostas

GILSON WALTER DA SILVA – MBA Gestão de Negócios Financeiros – UFRGS 2009